

Jonas Pereira



Sarney (C), ao lado de Eduardo Azeredo (D), recebe Bingu wa Mutharika

Sarney recebe dirigentes de Cabo Verde e Malawi

O presidente do Senado, José Sarney, recebeu ontem o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, deputado Aristides Lima, e o presidente do Malawi, Bingu wa Mutharika. Sarney

ofereceu a experiência da Universidade do Legislativo (Unilegis) e de outros organismos da Casa para ajudar Cabo Verde a modernizar seus canais de comunicação com a sociedade. **2**

Governo aguarda novas ofertas para decidir sobre caças

O ministro da Defesa, Nelson Jobim, disse ontem à Comissão de Relações Exteriores que o governo só irá decidir o modelo de caça a ser usado na renovação da frota da Força Aérea Brasileira depois de receber, na próxima segunda-feira, as ofertas finais de três concorrentes

envolvidos no processo. Jobim admitiu que existe preferência política pela francesa Dassault, produtora dos jatos Rafale, mas afirmou que a decisão final depende da análise das propostas da própria Dassault, da norte-americana Boeing e da sueca Saab. **8**

José Cruz



Jobim fala aos integrantes da Comissão de Relações Exteriores do Senado

Senado aprova 20 projetos que visam justiça e cidadania

Nova lei da Defensoria Pública, unificação de documentos pessoais e punição para donos de cães perigosos são algumas das propostas

O Plenário do Senado e algumas comissões da Casa aprovaram ontem mais de 20 projetos, quase todos relacionados à Justiça, à cidadania e aos benefícios sociais. Só o Plenário decidiu sobre dez matérias que podem afetar diretamente a vida da população.

A nova Lei Orgânica da Defensoria Pública, por exemplo, fortalece a instituição responsável pela defesa dos cidadãos carentes no âmbito da Justiça e vai à sanção do presidente da República. Outro projeto cria novas regras para identificação criminal, evitando erros que prejudiquem pessoas inocentes. Para diminuir a burocracia, o Senado aprovou

a unificação de documentos importantes para os brasileiros: identidade, CPF, passaporte e de habilitação.

Foi aprovada também a proposta da CPI Mista da Exploração Sexual, de 2004, que pune estabelecimentos que hospedarem menores sem autorização dos pais. Decisão igualmente importante, mas que ainda volta à Câmara dos Deputados, é a que obriga o Sistema Único de Saúde (SUS) a elaborar e manter atualizados os protocolos clínicos e as diretrizes terapêuticas. Retorna da mesma forma à Câmara o projeto que pune proprietários e responsáveis pela guarda ou transporte de cães perigosos. **4 e 5**

Marcos Valiz



O Plenário do Senado aprovou ontem dez projetos, entre eles o que modifica regras para a identificação criminal

Preferência para idoso na venda de apartamento térreo

Os idosos podem ter preferência na aquisição de apartamentos térreos de unidades habitacionais financiadas pelo governo. A proposta foi aprovada ontem pela Comissão de Assuntos Sociais. **3**

Separação deve dispensar audiência

A Comissão de Constituição e Justiça aprovou ontem, em decisão terminativa, projeto que acaba com a audiência de ratificação ou de conciliação nas separações judiciais. **7**

Alfabetização de adultos ganha mais espaços

Projeto que autoriza a cessão de instalações de instituições federais de ensino para cursos de alfabetização de jovens e adultos foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça. **7**

Presidente do Senado recebe presidente da Assembleia Nacional do país africano, a quem oferece experiência da Universidade do Legislativo e de outros organismos

Sarney louva amizade entre Brasil e Cabo Verde

O PRESIDENTE DO Senado, José Sarney, recebeu, na manhã de ontem, o presidente da Assembleia Nacional de Cabo Verde, deputado Aristides Lima, com quem conversou sobre os laços culturais e de amizade que unem os dois países. Sarney ofereceu a experiência da Universidade do Legislativo (Unilegis) e de outros organismos da Casa para ajudar Cabo Verde a modernizar seus canais de comunicação com a sociedade.

– Cabo Verde é a sede do Instituto Internacional da Língua Portuguesa (IILP), organismo muito caro a nós, porque foi aqui, durante meu tempo como



Sarney conversa com Aristides Lima: oferta para modernizar comunicação

presidente da República, que chamamos todos os países de língua portuguesa e, através desse instituto, pudemos fazer

uma união de todos esses países, resultando na hoje conhecida Comunidade dos Países de Língua Portuguesa – disse Sarney.

Presidente do Malawi e comitiva visitam o Senado

O presidente do Malawi, Bingu wa Mutharika, e uma comitiva de ministros daquele país foram recebidos ontem por José Sarney, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC), Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN) e Romeu Tuma (PTB-SP).

Sarney lembrou que Mutharika é o primeiro presidente do Malawi a visitar o Brasil. Já Mutharika explicou que o Poder Legislativo do Malawi é unicameral. O presidente malauiano é tanto chefe de Estado quanto chefe de governo e o sistema político é multipartidário.

Mutharika visita o Brasil no



Mutharika (D) e ministros do Malawi são recebidos por José Sarney (C)

propósito de estreitar a cooperação entre os dois países, sobretudo na área da agricultura. Entre os assuntos a ser discutidos com

o governo brasileiro, estão ainda o combate à Aids e possíveis investimentos em infraestrutura, turismo e mineração.

Mozarildo registra relatório do Unicef sobre educação

Relatório divulgado pelo Unicef como marco dos 15 anos de análise da educação no Brasil foi comentado por Mozarildo Cavalcanti (PTB-RR). No documento "O Direito de Aprender", o fundo dá destaque às regiões mais carentes. O senador chamou atenção para dados sobre a Amazônia Legal. Na região, vivem, de acordo com Mozarildo, 9 milhões de crianças e adolescentes, 65% deles em lares cuja renda mensal é inferior a meio salário mínimo. O relatório aponta uma queda no índice de analfabetismo nos últimos 15 anos, de 20% para 13%. Porém, disse o senador, ainda há, na região, 160 mil crianças fora da escola e 90 mil adolescentes analfabetos. Ele destacou a dificuldade de acesso das populações indígenas ao ensino regular.



Mozarildo: mesmo com redução do índice, ainda há muitos analfabetos

Jucá: Lula assinou convênios com governo de Roraima

Romero Jucá (PMDB-RR) registrou que o presidente Lula assinou, segunda-feira, em Boa Vista, convênios com o governo estadual e prefeituras que somam R\$ 500 milhões para projetos como abastecimento de água, drenagem e construção de redes de esgoto. O presidente da República assinou ainda, informou o senador, ordem de serviço para a construção do porto de Caracaraí (RR), facilitando a ligação com Manaus. Na mesma visita, Lula inaugurou com o governador José de Anchieta Júnior uma ponte sobre o rio Tacutu, na divisa com a Guiana.

Jucá disse ainda que Lula e o presidente da Venezuela, Hugo Chávez, tratarão, nos dias 27 e 28, de um acordo de desenvolvimento comum entre Roraima e o estado venezuelano de Bolívar.



Jucá anuncia que projetos visam levar água tratada para todos em Boa Vista

Heráclito diz estar "desesperado" com corrupção no Piauí

O senador Heráclito Fortes (DEM-PI) contestou declaração do governador do Piauí, Wellington Dias, que teria dito em recente entrevista que ele, Heráclito, estaria desesperado ante o quadro eleitoral para o pleito do ano que vem. O senador admitiu estar aflito, mas não por questões eleitorais e sim por causa das notícias de corrupção na administração de seu estado.

– O governador Wellington acertou. Não podia haver um termo melhor para descrever como eu estou me sentindo. É verdade que eu estou desesperado, pois sou um homem de compromissos e não posso ver os recursos do Piauí serem desviados da forma como estão sendo – afirmou o senador, que citou denúncias recentes de irregularidades.



Senador contesta governador sobre desespero diante de quadro eleitoral

Agenda

A agenda completa, incluindo o número de cada proposição, está disponível na internet, no endereço www.senado.gov.br/agencia/agenda.aspx

Plenário analisa PEC que valoriza Caatinga

Sessão deliberativa às 14h. O primeiro item é a Proposta de Emenda à Constituição 32/08, que inclui a Caatinga entre os ecossistemas que constituem patrimônio nacional.

CPI da Pedofilia faz acordo com telefônica

Às 10h, a Comissão Parlamentar de Inquérito da Pedofilia assina termo de mútua cooperação com a operadora Vivo.

CRE vota projeto sobre traslado de corpo para o Brasil

A Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) examina, às 10h, projeto sobre acordo relativo a litígio entre a administração pública e pessoa física ou jurídica estrangeira. Analisa também proposta que garante direito de traslado de corpo de brasileiro falecido no exterior cuja família seja de baixa renda.

CMA, CAE e CMO ouvem presidente do Banco Central

Às 9h30, as comissões de Meio Ambiente, Defesa do Consumidor e Fiscalização e Controle (CMA), de Assuntos Econômicos (CAE) e de Orçamento (CMO), além de comissões da Câmara, ouvem o presidente do Banco Central, Henrique Meirelles, sobre o cumprimento das metas de política monetária, creditícia e cambial.

Debate sobre a regulamentação da ortotanásia

Às 10h, projeto que regulamenta a prática da ortotanásia será tema de audiência pública da Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ). Entre os convidados, o advogado

Aristoteles Atheniense; o presidente do Conselho Federal de Medicina, Edson Andrade; o padre Luiz Antônio Bento; e o professor de bioética Volnei Garrafa.

CI trata de divulgação de postos autuados

A Comissão de Serviços de Infraestrutura (CI) se reúne às 8h30 para comunicações da presidência e deliberação de matérias. Entre os dez itens da pauta, está o projeto que determina a divulgação, pela Agência Nacional do Petróleo (ANP), de relatórios periódicos dos postos de combustíveis autuados, interditados e fiscalizados.

Audiência sobre mudanças no seguro obrigatório

A Comissão de Assuntos Sociais realiza, às 9h, audiência para debater a legislação sobre o Dpvt. Participam do debate representantes do Ministério da Fazenda, da Confederação das Santas Casas de Misericórdia, da Confederação Nacional da Saúde e da Superintendência de Seguros Privados.

CDH discute liberdade de expressão

A Comissão de Direitos Humanos e Legislação Participativa (CDH) se reúne, às 10h, para debater o tema "Declaração Universal dos Direitos Humanos, a liberdade de expressão e o direito de ir e vir no Brasil". O reitor da Universidade de Brasília (UnB), José Geraldo de Sousa Junior, é um dos convidados.

CPI das ONGs tem reunião administrativa

A comissão parlamentar de inquérito que investiga a liberação de recursos públicos para organizações não governamentais (ONGs) e organizações da sociedade civil de interesse público tem reunião administrativa às 11h

Sarney dirige, às 10h, reunião da Mesa diretora

O presidente do Senado, José Sarney, dirige, às 10h, reunião da Mesa diretora. Às 11h, recebe o presidente da Assembleia Legislativa de Minas Gerais, Alberto Pinto Coelho. Às 15h30, o senador encontra-se com o presidente do Parlamento Nacional do Timor Leste, Fernando La Sama de Araújo.

José Cruz



Kátia Abreu, acompanhada por Ronaldo Caiado e Lorenzoni, entrega requerimento

Protocolado pedido de CPI mista para investigar recursos ao MST

Acompanhada dos deputados Ronaldo Caiado (DEM-GO) e Onyx Lorenzoni (DEM-RS), a senadora Kátia Abreu (DEM-TO) protocolou ontem, na Secretaria-Geral da Mesa do Senado, pedido de criação de comissão parlamentar mista de inquérito (CPI) para investigar o repasse de dinheiro público para o Movimento dos Trabalhadores Sem Terra (MST).

– O que queremos é fazer uma pressão justa, com o instrumento legal que temos, que é a CPI, para que o financiamento público ao MST tenha fim, pois as cooperativas deles são de fachada – disse a senadora.

Segundo Kátia Abreu, as investigações terão por base denúncias publicadas pela revista *Veja* e pelo jornal *O Estado de S. Paulo* sobre o financiamento

público ao MST, que usaria os recursos para a invasão de terras e de prédios públicos.

A senadora disse que, para a CPI, foram colhidas 192 assinaturas na Câmara e 34 no Senado, o que, salientou, demonstra a indignação do Congresso contra o que ela define como abusos cometidos pelo MST.

Kátia Abreu observou que a arrecadação de impostos no Brasil recai sobre quem trabalha e ganha menos. Enquanto isso, lastimou ela, dinheiro dos impostos é repassado para o MST realizar invasões de terra.

Com base no noticiário, a senadora disse que os últimos repasses para o MST foram de mais de R\$ 60 milhões – R\$ 40 milhões oriundos da União e R\$ 20 milhões de organizações não governamentais estrangeiras.

ATENDIMENTO DE TELEFÔNICA EM QUESTÃO

Como ocupam a liderança na lista de reclamações junto aos órgãos de defesa do consumidor, os problemas de atendimento aos clientes das operadoras de telefonia vão ser objeto de debates em audiência na Comissão de Ciência, Tecnologia, Inovação, Comunicação e Informática (CCT), em data ainda a ser agendada. A proposta de realização de audiência, do senador Sérgio Zambiasi (PTB-RS), foi acatada na reunião de ontem da CCT.

UNITINS QUER RESOLVER IRREGULARIDADES

Leomar Quintanilha (PMDB-TO) pediu ao Ministério da Educação que ajude a solucionar os problemas relacionados à Fundação Universidade do Tocantins (Unitins) de forma a não prejudicar os alunos. O apelo foi feito ontem, em audiência pública na qual o senador representou a universidade e que foi realizada na Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE). A audiência discutiu a situação dos estudantes matriculados nos cursos a distância.

JORNALISTA LANÇA LIVRO SOBRE MÍDIA DO SENADO



Tese de doutorado trata da mídia das fontes

O jornalista Francisco Sant'Anna lançou ontem, na Livraria do Senado, o livro *Mídia das fontes – Um novo ator no cenário jornalístico brasileiro – Um olhar sobre a ação midiática do Senado Federal*. Resultado de tese de doutorado defendida na França, em 2007, a publicação analisa o surgimento, no Brasil, de meios de comunicação de massa mantidos e operacionalizados por movimentos sociais, organizações corporativas e instituições do poder público, denominados pelo autor como mídia das fontes. O foco principal do livro, disse Sant'Anna, são os veículos de comunicação do Senado – rádio, TV, jornal e agência.

VISITAS AO SENADO SERÃO RETOMADAS

A Secretaria de Relações Públicas do Senado Federal informou ontem à Agência Senado que o programa Tour do Senado será reativado tão logo a decisão nesse sentido seja publicada do boletim administrativo da Casa. O programa de visitas foi suspenso em 10 de agosto para diminuir os riscos de transmissão do vírus da gripe A (H1N1). Os casos graves provocados pela gripe estão diminuindo no país.

Proposta acolhida pela Comissão de Assuntos Sociais beneficia pessoas com mais de 60 anos na aquisição de unidades de programas habitacionais públicos

Aprovada preferência a idoso em apartamentos térreos

COM A FINALIDADE de facilitar a vida de cidadãos com mais de 60 anos, a Comissão de Assuntos Sociais (CAS) aprovou ontem proposta para dar-lhes preferência na aquisição de unidades residenciais térreas, nos programas habitacionais públicos ou subsidiados com recursos públicos.

A medida modifica o Estatuto do Idoso, que já reserva 3% das residências nesses conjuntos

para cidadãos de idade superior a 60 anos. A preferência aos idosos na escolha das unidades térreas é justificada pelo fato de que a maior parte das edificações financiadas com recursos públicos, destinadas à população de baixa renda, não conta com elevadores.

Em sua justificativa, o autor da proposta, o então deputado Tarcísio Zimmermann, argumentou ser dever do poder

público criar as condições de acessibilidade necessárias para garantir vida digna aos idosos. Além disso, a medida não afeta a administração dos programas habitacionais porque estabelece “preferência”, mas não impõe obrigatoriedades que poderiam prejudicar a concessão de moradias financiadas por recursos públicos, explicou.

O PLC 156/08 segue para votação em Plenário.



Rosalba Ciarlini preside reunião da Comissão de Assuntos Sociais que aprovou projetos e realização de audiências públicas

Projeto facilita pagamento de dívidas de estados

A Comissão de Assuntos Sociais aprovou proposta que limita a 1% da parcela dos Fundos de Participação dos Estados e Municípios o montante a ser destinado à amortização das dívidas dos estados e municípios com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS).

O relator do PLS 156/08, Mão Santa (PMDB-PI), afirmou que a proposta se destina a dar um alento aos prefeitos e governadores, uma vez que muitos estados e municípios enfrentam dificuldades para honrar seus compromissos com o FGTS.

Para a presidente da CAS, Rosalba Ciarlini (DEM-RN), que já foi prefeita de sua cidade, Mossoró (RN), a situação é catastrófica para muitas prefeituras, por causa das crescentes dívidas com o FGTS, fato que inviabiliza a execução de alguns projetos de alcance social nos municípios.

Paulo Paim (PT-RS) manifestou preocupação com o patrimônio do trabalhador, argumentando que o FGTS representa uma poupança da classe.

Para Roberto Cavalcanti (PRB-PB), a inadimplência é pior do que qualquer parcelamento

negociado, porque o acordo implica o fato de que o cobrador tem interesse em pagar. Depois de ser aprovada na CAS, a matéria segue para a Comissão de Assuntos Econômicos (CAE).

Audiências

A CAS aprovou também audiências públicas para debater a vacina homeopática preventiva contra o vírus H1N1 (gripe suína), o controle dos recursos federais transferidos pelo SUS para estados e municípios e a situação da saúde pública na ilha de Marajó.

Acolhida proposta que beneficia servidor de RO

Os senadores Expedito Júnior, Valdir Raupp e Fátima Cleide comemoraram ontem a aprovação, em primeiro turno, na Câmara dos Deputados, da proposta que transfere para a União a folha de pagamento dos servidores do antigo território de Rondônia



Geobol/Agência

EXPEDITO JÚNIOR

Expedito Júnior (PR-RO) agradeceu o apelo feito pela Presidência do Senado ao presidente da Câmara, Michel Temer, para que incluísse a Proposta de Emenda Constitucional 483/05 na pauta de votações daquela Casa. O senador mencionou ainda o

empenho do líder do Democratas no Senado, José Agripino (RN), junto ao líder do partido na Câmara, Ronaldo Caiado. Expedito informou também que o governador de Rondônia, Ivo Cassol, enviou a Brasília ônibus com cerca de 400 servidores do estado.



Moraes/Variz

VALDIR RAUPP

Valdir Raupp (PMDB-RO) agradeceu ao presidente da Câmara por ter cumprido o compromisso de colocar em votação a PEC na data marcada, destacou a solidariedade dos partidos que votaram favoravelmente e assinou a força da bancada do PMDB na

aprovação, com 74 votos. O senador disse que, em Rondônia, alguns jornais se preparavam para colocar a culpa no PMDB e no PT em caso de derrota.

– Mas não deu certo. O nosso estilo é trabalhar até a última hora para vencer.



Moraes/Variz

FÁTIMA CLEIDE

Fátima Cleide (PT-RO) lembrou que a proposta foi apresentada por ela em 2003, tendo sido aprovada no Senado em 2005, ano em que foi enviada à Câmara.

– Essa é a grande proposta que unifica toda a classe política de Rondônia

– declarou, ressaltando que “toda a bancada federal do estado, entre deputados federais e senadores, esforçou-se para que o texto fosse aprovado”.

A senadora fez vários agradecimentos aos que vinham se empenhando pela aprovação da proposta.

ACM Júnior: Senado já discute pré-sal



Antonio Carlos Júnior

Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) disse considerar positivo que o governo federal tenha recuado de sua postura de "enfiar goela abaixo" do Legislativo as propostas que diziam respeito ao modelo de exploração do petróleo do pré-sal. O senador frisou que, embora a proposta ainda esteja na Câmara, desde o início de setembro o Senado vem discutindo o tema, no Plenário e nas comissões, com a presença de especialistas e de ministros de Estado, e que não é consenso que o modelo sugerido pelo governo seja o ideal.

Colombo critica pressa em definir regras



Raimundo Colombo

Raimundo Colombo (DEM-SC) afirmou que é preciso tempo para discutir o modelo de regulamentação para a exploração do petróleo da camada pré-sal. Para ele, a pressa do governo tem objetivo eleitoral e não atende aos interesses nacionais. – Pelo que se sabe até o momento, em menos de dez anos não haverá exploração do petróleo do pré-sal. Não podemos tratar de forma irresponsável como o governo quer, como se fosse possível em 90 dias debatermos, votarmos e criarmos um modelo.

Virgílio desaprova taxaço da poupança



Arthur Virgílio

“Da cortina de fumaça criada pelo governo em torno da taxaço da poupança, o que interessa é que ela represente mais impostos a serem pagos pelos contribuintes.” A observação foi feita por Arthur Virgílio (PSDB-AM), que classificou de insustentável o argumento técnico utilizado pelo governo de que é preciso evitar uma sangria nos fundos de investimentos. Virgílio advertiu que essa não é uma medida isolada. O governo também pretende ressuscitar a CPMF e criar o “imposto do livro”.

Rosalba apoia protesto de prefeituras



Rosalba Ciarlini

Rosalba Ciarlini (DEM-RN) manifestou ontem seu apoio à decisão de 44 prefeitos do Rio Grande do Norte de “fechar as portas das prefeituras” por causa da falta de dinheiro e das dificuldades financeiras enfrentadas. A senadora disse que a crise é resultado da queda no repasse do Fundo de Participação dos Municípios (FPM), devido às isenções concedidas pelo Executivo do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI), que também integra o fundo. Segundo Rosalba, o governo não complementou os recursos às prefeituras.

Agripino admite obstrução de votações



José Agripino

O líder do Democratas, José Agripino (RN), anunciou que a oposição vai obstruir as votações em Plenário a partir da próxima semana se o governo não editar até amanhã uma medida provisória liberando mais recursos para compensar os municípios pelas perdas decorrentes da crise financeira internacional. Conforme o senador, o governo prometeu repassar mais recursos às prefeituras. Em aparte, o líder do PSDB, Arthur Virgílio (AM), disse que seu partido também fará obstrução caso não sejam liberadas verbas para os municípios.

Defensoria Pública ganha mais poderes

Proposta que vai à sanção presidencial descentraliza a atuação do órgão, priorizando as regiões “com maiores índices de exclusão e de adensamento populacional”

O PROJETO DE lei que fortalece e amplia a atuação da Defensoria Pública, de modo a aproximar essa instituição ainda mais da sociedade, foi aprovado ontem pelo Senado. Enviada ao Congresso pelo Poder Executivo, a proposta promove uma reestruturação do órgão encarregado de defender, gratuitamente, os cidadãos carentes ou de menor poder aquisitivo. – Os principais beneficiados pela proposta serão aqueles que ganham até três salários mínimos, ou seja, cerca de 80% da população – declarou o relator, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE).

Como já havia sido aprovado na Câmara dos Deputados, o projeto (PLC 137/09) segue agora à sanção do presidente da República. De acordo com o relator, ao regulamentar a autonomia, inclusive orçamentária, da Defensoria Pública, o projeto permite que o órgão promova concursos e nomeie defensores e funcionários com mais rapidez. Ele observou que a instituição é a menos estruturada da Justiça brasileira e que há falta de defensores em cerca de 60% dos municípios do país. Para reiterar o foco na popu-

lação carente, o projeto determina que a atuação do órgão será descentralizada, priorizando as regiões “com maiores índices de exclusão e adensamento populacional”. A defesa dos direitos fundamentais deverá se dar de forma especial em relação a crianças, adolescentes, idosos, pessoas com deficiências e mulheres vítimas de violência doméstica ou familiar. Além disso, entre as novas funções da Defensoria Pública está a de incentivar a solução extrajudicial dos litígios – ou seja, por meio de mediação, conciliação e outras formas de composição entre as partes. Será igualmente função da Defensoria “promover a difusão e a conscientização dos direitos humanos, da cidadania e do ordenamento jurídico”.

Outra novidade é a criação da Ouvidoria-Geral da Defensoria Pública, canal de participação da sociedade na fiscalização do órgão. O ouvidor não poderá ser integrante dos quadros da Defensoria, mas uma pessoa escolhida pelo Conselho Superior a partir de uma lista tripartite apresentada pela sociedade civil. A proposta foi aprovada depois de demorada discussão no Plenário.



Relator da proposta, Valadares (PSB-SE) afirma que “os principais beneficiados serão aqueles que ganham até três salários mínimos, ou seja, cerca de 80% da população”



Reconhecimento de divórcio realizado no exterior

O Senado aprovou a redução de três anos para um ano a data da sentença ou prazo para o reconhecimento, no Brasil, de divórcio realizado no estrangeiro, se pelo menos um dos cônjuges for brasileiro. Conforme o projeto (PLC 74/06), caso a sentença tenha sido antecedida da separação judicial por um ano, a homologação produzirá efeito imediato. Pelo texto legal em vigor (Lei de Introdução ao Código Civil, de 1942), esse prazo é de três anos. A matéria seguiu para sanção.

Ceará é incluído na área de atuação da Codevasf

O Senado referendou ontem projeto de lei da Câmara (PLC 14/07) que inclui o Ceará na área de atuação da Companhia de Desenvolvimento dos Vales do São Francisco e do Parnaíba (Codevasf). A matéria agora vai à sanção do presidente da República. Pela proposta, o órgão de representação da Codevasf no Ceará será instalado no município de Crateús. A Codevasf tem sede e foro no Distrito Federal.

Documento de cobrança terá dados do fornecedor

O Senado aprovou as emendas da Câmara dos Deputados ao PLS 314/06 determinando que conste, nos documentos de cobrança de dívida encaminhados ao consumidor, nome e endereço do fornecedor do produto ou serviço. As emendas aumentam a proteção aos consumidores, garantindo acesso às informações que podem ser úteis na defesa de seus direitos. A matéria vai a sanção. O projeto, do senador Gerson Camata (PMDB-ES), acrescenta dispositivo ao Código de Defesa do Consumidor.

Decreto atualiza a Convenção Solas

O Senado acolheu o projeto que atualiza o texto da Convenção Internacional para Salvaguardar da Vida Humana no Mar. Conhecida pela sigla em inglês Solas (Safety of Life at Sea), o tratado de 1914 sobre a segurança das embarcações mercantes já teve diversas atualizações. O PDS 479/09 recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores, onde foi relatado por Francisco Dornelles (PP-RJ).

Acordo com a Suécia sobre trabalho de dependentes

Foi aprovado pelo Senado acordo entre o Brasil e a Suécia sobre o exercício de atividades remuneradas por parte de dependentes do pessoal diplomático, consular, administrativo e técnico, celebrado em Estocolmo, em 11 de setembro de 2007. O Projeto de Decreto Legislativo 491/09, que aprova o texto, vai agora a promulgação. A proposta recebeu parecer favorável da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), onde foi relatado por Eduardo Azeredo (PSDB-MG).

Cooperação na área de energia com a Dinamarca

Foi aprovado pelo Senado projeto de decreto legislativo (PDS 506/09) com entendimento entre Brasil e Dinamarca sobre cooperação nas áreas de energias renováveis e eficiência energética. Relator do projeto na Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE), João Tenório (PSDB-AL) lembrou que a Dinamarca se destaca pelas políticas públicas voltadas para o enfrentamento dos desafios climáticos globais.

Aprovado entendimento entre Brasil e Gâmbia

O Senado ratificou acordo de cooperação técnica entre Brasil e Gâmbia nas áreas de ciência e tecnologia. O Projeto de Decreto Legislativo (PDS) 477/09, com o texto do tratado, agora vai a promulgação. A matéria recebeu parecer favorável do senador Tião Viana (PT-AC), aprovado pela Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE). Segundo o ministro das Relações Exteriores, Celso Amorim, o acordo é importante por ser o primeiro ato internacional celebrado entre Brasil e Gâmbia.

Risco de fraude em uma eletrônica?



Papaléo Paes

Papaléo Paes (PSDB-AP) leu e-mail que recebeu da promotora de Justiça Eleitoral da 52ª Zona do Pará, Maria José Vieira Carvalho. Ela manifesta preocupação com a influência de pesquisas de intenção de voto divulgadas próximo ao pleito e com a segurança das urnas eletrônicas, afirmando que nenhum país que conheceu o sistema brasileiro optou pela sua importação. Maria José relata ter votado em determinado candidato a deputado federal, mas verificou que, em sua sessão eleitoral, nenhum voto foi registrado para o candidato.

César Borges: violência se alastra na Bahia



César Borges

O surto de violência que tomou conta de Salvador já se alastrou pelo interior da Bahia, porque o governo do estado deslocou contingentes da Polícia Militar de outras cidades para a capital, deixando a população do interior desprotegida. A denúncia foi feita ontem por César Borges (PR-BA). O senador disse ainda ter recebido um ofício do Sindicato dos Policiais Rodoviários Federais do Estado da Bahia em que a categoria relata as dificuldades enfrentadas nos 6.516 quilômetros de rodovias sob a sua responsabilidade.

Dívidas com o Fies vão parar no SPC



Marisa Serrano

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) informou ao Plenário que ex-estudantes universitários que conseguiram se formar graças ao Programa de Financiamento Educativo (Fies) e que, por falta de emprego, não conseguem pagar o financiamento, estão tendo seus nomes enviados para o Serviço de Proteção ao Crédito (SPC). Ela pediu uma solução ao governo para o caso, assinalando que a Caixa Econômica Federal, que concede o empréstimo, é um banco público e não pode criar situações tão constrangedoras.

Virgílio cobra de Renan informação completa sobre denúncia

Arthur Virgílio (PSDB-AM) cobrou ontem de Renan Calheiros (PMDB-AL) que revelasse o nome do senador que teria mantido entre seus funcionários durante dois anos um presidiário. Durante discussão em Plenário na terça-feira, Renan afirmou saber do caso, mas não citou nomes. Irritado, o líder tucano disse que Renan havia deixado “algo muito grave no ar” e que prevaricaria se não desse a informação completa. Na terça-feira, Virgílio cobrara explicações de Renan sobre notícias publicadas pela imprensa a respeito de um ex-funcionário do parlamentar alagoano, o atual deputado Rui Palmeira, que teria estudado na Austrália às custas do Senado no ano de 2005. Virgílio disse considerar ser dever de todos os senadores admitirem publicamente eventuais equívocos administrativos, resarcindo aos cofres públicos o valor das despesas irregulares. – Não fique preocupado. Vossa excelência já respondeu a tudo sobejamente. Meu partido recomendou sua absolvição. Não vou entrar nessa discussão – respondeu Renan Calheiros, referindo-se à representação de seu partido contra o líder tucano no Conselho de Ética e Decoro Parlamentar para apurar a denúncia de que um funcionário seu teria feito um curso na Espanha recebendo vencimentos do Senado. Virgílio reconheceu o erro, foi absolvido da acusação no Conselho de Ética e está devolvendo ao Senado as quantias pendidas com o salário do servidor durante o curso. O presidente do Senado, José Sarney, disse não ter nenhuma informação sobre pagamento de salário a presidiário.



Oswaldo Sobrinho defende eleição de uma assembleia nacional exclusiva

Oswaldo quer uma Constituinte para reforma política

“A realização da reforma política que o Brasil precisa exige a convocação de uma assembleia nacional constituinte exclusiva, opinou Oswaldo Sobrinho (PTB-MT). Para o senador, se a discussão desse tema se der no contexto das duas Casas do Congresso, “deputados e senadores buscarão aprovar uma legislação que lhes ofereça vantagens, diante de seus adversários, em uma próxima eleição”.

Uma reforma ampla e abrangente deve ser discutida, formulada, votada e aprovada por parlamentares eleitos somente para esta finalidade e, preferencialmente, sem pretensões políticas, disse Oswaldo Sobrinho.



Morte de ex-presidente está “envolta em aura de mistério”, diz senador

Flávio Torres pede investigação sobre morte de Jango

O senador Flávio Torres (PDT-CE) defendeu a abertura de investigação sobre as circunstâncias da morte do ex-presidente da República João Goulart, em 1976, de ataque cardíaco.

– Existem razões para supor que o presidente tenha sido assassinado – observou.

Ele alertou que será vexatório para o Brasil se a família de Jango solicitar à Argentina, onde se deu sua morte, uma apuração. Torres pediu que as autoridades brasileiras iniciem uma “investigação imparcial, correta, precisa e, acima de tudo, independente”, já que “não se pode admitir que a morte de um ex-presidente permaneça envolta em uma aura de mistério”.

Demostenes espera que, a partir das 150 matérias sobre o tema que tramitam no Senado, seja elaborada até o fim de outubro uma proposta que reflita o pensamento da comissão

CCJ deve condensar reforma política numa única proposta

O PRESIDENTE DA Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), senador Demostenes Torres (DEM-GO), criou ontem uma comissão especial destinada a condensar numa única proposta todas as matérias em tramitação no Senado sobre reforma política. Esse colegiado terá como presidente o senador Marco Maciel (DEM-PE), como relator Tasso Jereissati (PSDB-CE) e ainda como membros os senadores Romero Jucá (PMDB-RR), Pedro Simon (PMDB-RS) e Aloizio Mercadante (PT-SP).

– Temos cerca de 150 matérias diversas sobre reforma política e eleitoral. Espero que essa comissão consiga, até o final de outubro, elaborar uma proposta para a Casa que reflita o pensamento da CCJ sobre o que pode ser essa reforma para o futuro – afirmou Demostenes.

A decisão pela constituição do colegiado foi tomada durante a discussão de projeto de lei (PLS 465/07) de Alvaro Dias (PSDB-PR) que promove a redução gradual do número de deputados federais de 513 para, no máximo,

405, em quatro eleições – 27 cadeiras por pleito. O projeto também reduz o número mínimo de deputados federais por unidade da Federação, de oito para quatro.

O parecer do relator, senador Gim Argello (PTB-DF), é pela rejeição da proposta. Mas, com a decisão de instituir a comissão, a proposta foi retirada da pauta.

– Inteligente a solução dada. Aceito a retirada de pauta da



José Cruz



Marcos Almeida

Comissão terá como presidente Marco Maciel (no alto) e Tasso Jereissati (foto acima) como relator

proposta, pois não é matéria para se debater em poucos minutos, já que se trata de reorganização do Poder Legislativo – disse Alvaro Dias.

Hegemonia

Vários senadores elogiaram a criação da comissão, entre eles Mercadante, Valter Pereira (PMDB-MS) e Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Pedro Simon observou que a proposta de Alvaro Dias, embora meritória, não pode ser aprovada da forma como está.

– Se aprovarmos o projeto do jeito que está, Minas Gerais, São Paulo e Rio de Janeiro terão maioria e vão mandar no Congresso – alegou.

Para o senador Oswaldo Sobrinho (PTB-MT), é preciso estudar com profundidade qualquer mudança no sistema bicameral brasileiro, para não gerar desequilíbrio.

– Somente uma análise bem acurada sobre o assunto, com a convocação de uma assembleia constituinte específica, pode decidir com clareza, e pensamento no futuro, questões como essas – afirmou, aos colegas da CCJ.

Congresso precisa retomar a reforma tributária, diz Garibaldi

Após o Senado votar as mudanças na Lei Eleitoral, “nem todos os senadores estão com a sensação do dever cumprido”, disse Garibaldi Alves Filho (PMDB-RN). Segundo o senador, “na verdade, o Congresso não está cumprindo sua própria agenda, mas trabalhando apenas para votar coisas do interesse do Executivo”.

– O Legislativo precisa retomar as reformas de interesse do país, como a tributária. Estamos aqui para reformar, e não para emendar projetos do governo.

De acordo com Garibaldi, a reforma tributária “não sai” porque os estados não se interessam pelo projeto que o Palácio do Planalto enviou à Câmara. Já o Senado criou uma

comissão que, depois de meses de discussões, apresentou sua própria proposta. Essa, no entanto, disse o senador, parece não interessar ao Executivo, que teme a perda de arrecadação. Assim, lamentou, “nenhuma delas anda no Parlamento”.

– O Legislativo precisa se afirmar e ter sua própria agenda. Teve uma época que a gente só votava medidas provisórias, que até andam sumidas, mas logo voltarão aos borbotões. Agora, a agenda que o Executivo impõe ao Congresso é o pré-sal – continuou.

Garibaldi opinou ainda que a Câmara dos Deputados acabará alterando o projeto de mudanças eleitorais votado na terça-feira pelos senadores.



GeacelbVagda

Para Garibaldi, o Legislativo precisa se afirmar e “ter sua agenda própria”

– Eles vão mudar muita coisa que os senadores puseram no projeto – previu.

Em apartes, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) afirmou que o governo não tem interesse em negociar a proposta de reforma tributária dos senadores, e Rosalba Ciarlini (DEM-RN) lamentou as dificuldades financeiras das prefeituras.

MESA DO SENADO FEDERAL

Presidente: José Sarney
1º Vice-Presidente: Marconi Perillo
2º Vice-Presidente: Serys Slhessarenko
1º Secretário: Heráclito Fortes
2º Secretário: João Vicente Claudino
3º Secretário: Mão Santa
4º Secretário: Patrícia Saboya
Suplentes de Secretário: César Borges, Adelmir Santana, Cícero Lucena e Gerson Camata

Diretor-Geral: Haroldo Feitosa Tajra
Secretária-Geral da Mesa: Claudia Lyra

PRESIDÊNCIA DA SESSÃO

A sessão de ontem do Senado Federal foi presidida por José Sarney • César Borges • Mão Santa • Roberto Cavalcanti

SECRETARIA ESPECIAL DE COMUNICAÇÃO SOCIAL

Diretor: Fernando Cesar Mesquita
Diretor de Jornalismo: Davi Emerich

AGÊNCIA SENADO

Diretor: Mikhail Lopes (61) 3303-3327
Chefia de Reportagem: Elina Rodrigues Pozzebom e Moisés Oliveira
Edição: Nelson Oliveira e Sílvia Gomide

O noticiário do *Jornal do Senado* é elaborado pela equipe de jornalistas da Secretaria Agência Senado e poderá ser reproduzido mediante citação da fonte.

JORNAL DO SENADO

Órgão de divulgação do Senado Federal

Diretor: Eduardo Leão (61) 3303-3333
Editores: Djalba Lima, Edson de Almeida, José do Carmo Andrade, Juliana Steck e Rafael Faria
Diagramação: Henrique Eduardo L. de Araújo e Iracema F. da Silva
Revisão: Eny Junia Carvalho, Fernanda Vidigal, Lindolfo do Amaral Almeida, Miquéas D. de Moraes e Pedro Pincer
Tratamento de imagem: Edmilson Figueiredo e Roberto Suguino
Arte: Claudio Portella, Diego Jimenez e Oscar
Circulação e atendimento ao leitor: Shirley Velloso (61) 3303-3333

Site: www.senado.gov.br/jornal - E-mail: jornal@senado.gov.br
Tel.: 0800 61 2211 - Fax: (61) 3303-3137
Praça dos Três Poderes, Ed. Anexo I do Senado Federal, 20º andar - Brasília - DF. CEP 70165-920

Projeto aprovado pela Comissão de Constituição e Justiça garante o uso de espaços pedagógicos de escolas federais em iniciativas de alfabetização

REGULARIZAÇÃO DE TRABALHO TEMPORÁRIO

A Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ) realizará, na próxima semana, audiência pública para debater a utilização formal de trabalho temporário na área rural. A intenção é colocar em debate o projeto (PLS 171/04) que pretende garantir esse tipo de contratação, apresentado pelo então senador Ramez Tebet (1936-2006). A legislação vigente já autoriza a contratação de mão de obra temporária por empresas urbanas, junto a outras constituídas com essa finalidade.

IGUALDADE DE REGIME DE BENS NO CASAMENTO

Os casamentos celebrados durante a vigência do Código Civil de 1916 (Lei 3.071/16) poderão alterar o regime de bens da mesma forma que podem ser alterados aqueles realizados já na vigência do novo Código Civil, de 2002, conforme projeto (PLS 536/03) do senador Demostenes Torres (DEM-GO) aprovado pela CCJ. Para o autor, a diferenciação é "absurda". O relator, Marco Maciel (DEM-PE), afirma que "o princípio da igualdade é afrontado, já que pessoas se encontram em situação semelhante".

MAIOR CLAREZA EM PENSÃO ALIMENTÍCIA

O Código Civil poderá ser alterado para esclarecer que a pensão alimentícia cessa com o óbito do alimentante e ao espólio cabe apenas pagar ao credor de alimentos as dívidas remanescentes. É o que prevê projeto de lei (PLS 61/09) aprovado ontem pela CCJ, em decisão terminativa, que visa, segundo o autor, Expedito Júnior (PR-RO), acabar com "conflito de interpretação entre os textos dos artigos" da Lei 10.406/02. O relator, Leomar Quintanilha (PMDB-TO), apresentou parecer favorável ao projeto.

PROJETO AGILIZA PRISÃO DE ESTRANGEIRO

A autoridade policial brasileira poderá passar a solicitar a prisão preventiva e a extradição de estrangeiro perante o Supremo Tribunal Federal (STF) também por meio da Organização Internacional de Polícia Criminal (Interpol). A decisão foi tomada ontem pela CCJ, que aprovou, em caráter terminativo, alteração no Estatuto do Estrangeiro com o objetivo de agilizar as condições de prisões e extradição de estrangeiros no Brasil. O projeto (PLS 118/08) é do senador Romeu Tuma (PTB-SP).

Instituições poderão ceder salas para alfabetizar adultos

GOVERNOS DOS ESTADOS, dos municípios e do Distrito Federal, assim como entidades da sociedade civil, podem vir a utilizar salas de aula e outras instalações de instituições de ensino federais para a realização de cursos de alfabetização de jovens e adultos. A cessão desses espaços será feita sem qualquer custo para as instituições ou para os usuários.

A proposta (PLS 309/06), do senador Cristovam Buarque (PDT-DF), foi aprovada ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), na forma de texto alternativo

elaborado pelo senador Alvaro Dias (PSDB-PR).

Pelo substitutivo, cada instituição de ensino deve publicar, no primeiro mês de cada semestre, o número e a localização das salas disponíveis para os cursos de alfabetização. As entidades públicas ou privadas que utilizarem as salas serão responsabilizadas por quaisquer danos causados. Caberá à União, aos estados, ao DF e aos municípios regulamentar, por atos próprios, a forma e as condições de utilização desses espaços.

Na justificativa do projeto, Cristovam afirma que, apesar

de inúmeras tentativas públicas e comunitárias, o Brasil ostenta número vergonhoso de analfabetos – em novembro de 2006, quando apresentou a proposição, eram mais de 15 milhões de jovens e adultos, segundo o senador. Ele observa que milhares de salas de aula das universidades federais, dos centros de educação tecnológica e de outros estabelecimentos de ensino encontram-se ociosas em determinados horários, principalmente à noite.

A proposta agora seguirá para a Comissão de Educação (CE), para decisão terminativa.



CCJ acolhe PEC que destina recursos do FPM para a adoção gradual, até 2020, do período integral nas escolas públicas

Proposta sobre ensino integral vai para o Plenário

Ao reexaminar proposta que torna obrigatória a oferta do ensino fundamental público em período integral, a CCJ aprovou parecer favorável à matéria. A PEC 94/03, de Demostenes Torres (DEM-GO), havia sido aprovada em abril de 2007 pela CCJ.

Em setembro daquele ano, no entanto, foi promulgada uma emenda constitucional que destinou mais 1% das receitas do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI) ao Fundo de Participação dos Municípios. Como essa mudança tinha relação com

a proposta de Demostenes, o relator, Eduardo Azeredo (PSDB-MG), pediu que a proposição fosse reexaminada pela CCJ e também corrigida uma falha de técnica legislativa.

De acordo com o texto, que vai agora a Plenário, a oferta do ensino fundamental em período integral tem de ser gradualmente adotada até 2020, em índice anual não inferior a 6% do conjunto de turmas ou estabelecimentos de ensino ou por meio da ampliação progressiva da carga horária diária, incluído o tempo para refeição,

em todas as turmas ou estabelecimentos públicos de ensino, simultaneamente. A PEC reserva 1% das receitas do IR e do IPI a ser aplicado exclusivamente em programas municipais de apoio à manutenção do ensino obrigatório em período integral.

Os recursos devem ser distribuídos a municípios que tenham implantado o período integral atendendo acima de 75% do número esperado de matrículas de alunos na idade adequada para o ensino obrigatório no município. Essa norma terá de ser regulamentada em lei.

Separação judicial pode dispensar audiência

Projeto que suprime a audiência de ratificação, também denominada de conciliação, nas separações judiciais foi aprovado ontem pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania (CCJ), em decisão terminativa.

O autor da proposta, Sérgio Zambiasi (PTB-RS), argumenta na justificativa que, na prática, essa audiência tornou-se mera formalidade procedimental e que é muito constrangedora para o casal, "gerando escassos ou mesmo nenhum resultado conciliatório efetivo".

Além disso, afirma o senador, a exigência está em desacordo com as mais recentes mudanças do Código de Processo Civil (Lei 5.869/73), em especial a realizada pela Lei 11.441/07, que, ao acrescentar artigo ao capítulo que trata da separação consensual, não prevê a mesma audiência quando a separação e o divórcio consensual forem realizados extrajudicialmente, por escritura pública.

Caso não seja apresentado recurso para votação pelo Plenário, o projeto, cujo parecer foi elaborado pelo então senador José Maranhão (PB), seguirá logo ao exame da Câmara.

Revogação de doação deve seguir rito sumário

Com o objetivo de terem a tramitação acelerada, as causas relativas à revogação de doação poderão seguir procedimento sumário, conforme projeto aprovado ontem pela Comissão de Constituição e Justiça e que vai à análise do Plenário.

De autoria do deputado Antônio Carlos Mendes Thame (PSDB-SP), o projeto (PLC 72/06) foi relatado pelo senador Raimundo Colombo (DEM-SC). O deputado argumenta que hoje a ação revocatória segue o rito processual ordinário, o que a torna lenta demais.

A CCJ aprovou ainda projeto que acrescenta dispositivo ao Código de Processo Civil com o objetivo de dispensar que a pessoa seja citada em processo do qual é autora ou ré, desde que tenha constituído advogado, agilizando assim a tramitação. A matéria segue para o Plenário.

Para o relator da proposta (PLC 85/04), Raimundo Colombo, "carece de sentido que a parte embargada tenha que ser citada em processo no qual é autora ou ré", se existe procuração que outorgou poderes ao advogado.

PRAZO DE CINCO ANOS PARA EMPRESA INATIVA

Em decisão terminativa, a CCJ aprovou proposta pela qual é considerada inativa a empresa que ficar cinco anos consecutivos sem registro na junta comercial. O projeto (PLS 304/08) aprovado é de Lúcia Vânia (PSDB-GO), com emendas do relator, Antonio Carlos Júnior (DEM-BA). Atualmente, a Lei 8.934/94 estabelece que a firma ou a sociedade que não procederem a qualquer arquivamento no período de dez anos consecutivos devem comunicar à junta comercial que desejam manter-se em funcionamento.

APROVADA CRIAÇÃO DE CARGOS PARA A SPU

Projeto que cria 139 cargos em comissão do Grupo-Direção e Assessoramento Superiores (DAS) destinados ao Ministério do Planejamento, Orçamento e Gestão foi aprovado pela Comissão de Constituição, Justiça e Cidadania, em decisão terminativa.

Os cargos serão distribuídos nas categorias de DAS-1 a DAS-5. Parte deles servirá para a reestruturação da Secretaria de Patrimônio da União (SPU).

O projeto (PLC 159/09) foi relatado na CCJ por Romero Jucá (PMDB-RR).

RETIRADO PRAZO PARA REGULAMENTAÇÃO

Emenda que obrigaria o Legislativo a criar, em até seis meses, lei para suprir a ausência de regulamentação de norma constitucional foi retirada de texto já aprovado pela CCJ. A emenda havia sido aprovada no último dia 2 e fixava em 180 dias o prazo para que o Congresso Nacional suprisse inconstitucionalidade por omissão. O dispositivo constava de projeto (PLC 132/09) que define regras processuais para a apresentação e a tramitação da chamada ação direta de inconstitucionalidade por omissão (ADO).

FUNDO DE FRONTEIRA BENEFICIA MUNICÍPIOS

Os 122 municípios de faixa de fronteira poderão ter mais uma fonte de recursos para fomentar seu crescimento, o Fundo de Desenvolvimento dos Municípios de Fronteira, composto pelo repasse de 0,5% da arrecadação do Imposto de Renda (IR) e do Imposto sobre Produtos Industrializados (IPI). É o que prevê o texto alternativo do senador Antonio Carlos Júnior (DEM-BA) à proposta de Emenda à Constituição (PEC) 6/09, da senadora Marisa Serrano (PSDB-MS), aprovado pela CCJ.

Em audiência no Senado, ministro da Defesa admite que existe preferência pela francesa Dassault, produtora dos jatos Rafale, como afirmou o presidente Lula

Jobim: compra de caças será decidida após novas ofertas

O GOVERNO SÓ decidirá o modelo de caça a ser usado na renovação da frota da Força Aérea Brasileira depois de receber, na próxima segunda-feira, as ofertas finais dos três concorrentes envolvidos no processo. Essa afirmação foi feita ontem pelo ministro da Defesa, Nelson Jobim, em reunião da Comissão de Relações



Nelson Jobim (à esq., ao lado de Azeredo) fala na CRE

Exteriores e Defesa Nacional (CRE).

O ministro admitiu que existe uma preferência política pela francesa Dassault, produtora dos jatos Rafale, como já havia afirmado o presidente Luiz Inácio Lula da Silva após encontro com o presidente francês Nicolas Sarkozy na celebração de 7 de setembro. Mas afirmou que a decisão final vai depender da análise das propostas da própria Dassault, da norte-americana Boeing, que fabrica o F-18, e da sueca Saab, produtora do Gripen NG.

– O negócio não está fechado. Há uma opção pela França, basta que ela cumpra a promessa de transferência de tecnologia. Vamos analisar as ofertas e ver o que significa a transferência irrestrita de tecnologia e o preço competitivo anunciados pelos franceses – disse Jobim, para

quem a forte competição entre os três produtores é “ótima” para o Brasil.

Antes de chegar ao tema da aquisição dos aviões, Jobim comentou com os integrantes da comissão os outros pontos do amplo acordo feito com a França em matéria de defesa. Ele recordou ter consultado outros países – como Estados Unidos, Israel e Rússia – sobre a disponibilidade para transferir tecnologias sensíveis. E reiterou que apenas o governo francês assumiu compromisso nesse sentido, o que levou o Brasil a firmar, com aquele país, acordos de parceria estratégica em dezembro de 2008.

Submarinos

Jobim detalhou o Programa de Desenvolvimento de Submarinos (Prosub), em parceria com a França, que inclui a cons-

trução de um estaleiro e de uma base naval no Rio de Janeiro, além de quatro submarinos convencionais – dos quais o primeiro parcialmente na França e três integralmente no Brasil – e de um submarino de propulsão nuclear, a ser equipado com um reator brasileiro. O Prosub, como informou, custará

6,7 bilhões de euros e deverá gerar 11.500 empregos diretos e 33.500 indiretos.

– O Brasil não está comprando armas, mas se capacitando no desenvolvimento de tecnologias duais – afirmou Jobim, ressaltando a possibilidade de usos civis para as tecnologias militares a serem desenvolvidas.

O ministro citou o acordo com a França para produção, no Brasil, de 50 helicópteros Super Puma, dos quais 18 seriam destinados à Aeronáutica, 16 ao Exército e 16 à Marinha. O programa de construção dos helicópteros custará 1,7 bilhão de euros, informou, após mencionar diversas empresas brasileiras que fornecerão partes dos helicópteros, a serem montados pela Helibras, em Minas Gerais. A aquisição de helicópteros comporá o programa de mobilidade estratégica do Exército.

Senadores querem acompanhar negociações

Os senadores da Comissão de Relações Exteriores e Defesa Nacional (CRE) querem acompanhar de perto as negociações finais para a compra dos caças que vão renovar a frota da Força Aérea Brasileira. Durante a audiência pública sobre o tema com o ministro da Defesa, Nelson Jobim, Renato Casagrande (PSB-ES), autor do requerimento para a realização do debate, sugeriu que a comissão volte a discutir as negociações com Jobim, se preciso em reunião secreta, depois da entrega das ofertas finais pelos concorrentes.

– O Congresso Nacional vai ter que aprofundar o debate sobre a defesa nacional. Com esse acordo, o Brasil muda de patamar – disse Casagrande.

O senador Sérgio Guerra (PSDB-PE) lamentou que unidades do Exército localizadas no Nordeste experimentem atualmente situação de “pobreza

absoluta”, ao mesmo tempo em que se anuncia a compra de aviões e submarinos para a Aeronáutica e a Marinha.

Na opinião de Heráclito Fortes (DEM-PI), a comissão deve solicitar ao governo informações detalhadas sobre cada proposta feita ao Brasil para a venda dos caças. Ele questionou, por exemplo, o alto preço de manutenção dos caças Rafale, em comparação aos norte-americanos F-18.

Por sua vez, o senador João Tenório (PSDB-AL) considerou “pouco claras” as propostas feitas até o momento por norte-americanos e franceses no que diz respeito à transferência de tecnologia. Da mesma forma, Antônio Carlos Valadares (PSB-SE) disse ser necessário saber o que os Estados Unidos e a França chamam, respectivamente, de transferência de tecnologia “necessária” e “irrestrita”.

O presidente da comissão,

Eduardo Azeredo (PSDB-MG), questionou por que os novos submarinos terão como base o Rio de Janeiro e não outra cidade do litoral brasileiro, como Fortaleza. Tasso Jereissati (PSDB-CE) observou igualmente que a grande maioria dos investimentos para renovação das Forças Armadas será feita no Centro-Sul do país. Ele concordou ainda com a proposta de Casagrande para a realização de uma reunião secreta com Jobim, a fim de discutir a compra dos novos caças.

Após declarar sua simpatia pela França, o senador José Agripino (DEM-RN) demonstrou preocupação com a real disposição do governo francês em transferir tecnologia para o Brasil.

Ao final da reunião, Augusto Botelho (PT-RR) manifestou preocupação com a situação do Exército.



Flávio Arns, presidente da CE, recebe a comitiva de parlamentares da França

Senadores franceses propõem intercâmbio com brasileiros

A Comissão de Educação, Cultura e Esporte (CE) recebeu, na tarde de ontem, uma comitiva de senadores do Parlamento francês em missão oficial no Brasil.

Os parlamentares franceses propuseram um intercâmbio de experiências entre a CE e a comissão encarregada de tratar, no Parlamento da França, de assuntos relacionados a políticas culturais, educativas e de esporte. Eles também comentaram as pesquisas feitas nas universidades daquele país para o desenvolvimento das ativida-

des dessas áreas, consideradas, na avaliação do presidente da comissão, Flávio Arns (sem partido-PR), “um grande desafio” em ambos os países.

Arns também explicou que a aproximação do Parlamento brasileiro com os senadores franceses, sobretudo nas comemorações do Ano da França no Brasil, celebrado em 2009, une ainda mais os dois povos.

Os parlamentares foram cumprimentados em Plenário pelo presidente do Senado, José Sarney, que comemorou a cooperação entre Brasil e França.



Na reunião da comissão, Marisa Serrano, Augusto Botelho e Valter Pereira

Marisa preside comissão que vai observar as Metas do Milênio

A senadora Marisa Serrano (PSDB-MS) e o senador Augusto Botelho (PT-RR) foram eleitos presidente e vice-presidente, respectivamente, da Comissão Temporária de Acompanhamento das Metas do Milênio, instalada na tarde de ontem. A relatoria ficará com a senadora Kátia Abreu (DEM-TO), que requereu a criação do colegiado. A comunicação foi feita em Plenário pelo senador Valter Pereira (PMDB-MS).

A comissão tem a finalidade de acompanhar as ações do governo federal no que se refere ao cumprimento das Metas do Milênio – conjunto de objetivos propostos pela Organização das Nações Unidas (ONU) na Declaração do Milênio. O documento foi assinado em 2000, por 189 países, que devem, em 2015, apresentar relatório so-

bre as metas que conseguiram atingir.

As metas propostas pela ONU, que adotam como parâmetro os índices de 1990, são a erradicação da pobreza e da fome, com redução da proporção da população mundial com renda inferior a US\$ 1 por dia e, pela metade, do número de pessoas que passam fome; a garantia de que todas as crianças concluam o ensino básico; a eliminação da disparidade entre os sexos; a redução em dois terços da mortalidade de crianças menores de 5 anos; a contenção da propagação da Aids, da malária e de outras doenças; a garantia da sustentabilidade ambiental, com redução de 50% do número de pessoas sem acesso à água potável; e a melhoria das condições de vida dos moradores de favelas.

Aniversário da Revolução Farroupilha



Paulo Paim

Em 1835, um grupo de revolucionários iniciou, no Rio Grande do Sul, uma luta contra o poder central. Segundo os historiadores, cerca de 20 mil participaram dos combates, durante dez anos. A batalha tirou a vida de 3.500 pessoas. Entre as principais causas do levante, estavam a penalização dos produtos agropecuários, especialmente o charque, e a expropriação e o desvio de recursos acumulados no estado. A Revolução Farroupilha, lembrou Paulo Paim (PT-RS), é celebrada em 20 de setembro. Em comemoração à data, Paim, Sérgio Zambiasi (PTB-RS) e Pedro Simon (PMDB-RS) propuseram voto de aplauso ao povo gaúcho.

Mesquita Júnior pede apoio a produtores do Acre



Mesquita Júnior

O senador Geraldo Mesquita Júnior (PMDB-AC) criticou a atuação do governo do Acre em relação às queimadas e à assistência aos produtores rurais da região. Ele afirmou que o governo deveria oferecer os meios necessários para que os agricultores – principalmente os pequenos – possam continuar suas atividades sem recorrer às queimadas e, assim, evitar danos ambientais.

– Mas essa gestão, que, aliás, está aí há 12 anos, virou as costas para o setor produtivo, notadamente para os pequenos produtores – afirmou. O senador disse que, no Acre, “quem produz alimentos são os pequenos produtores”.